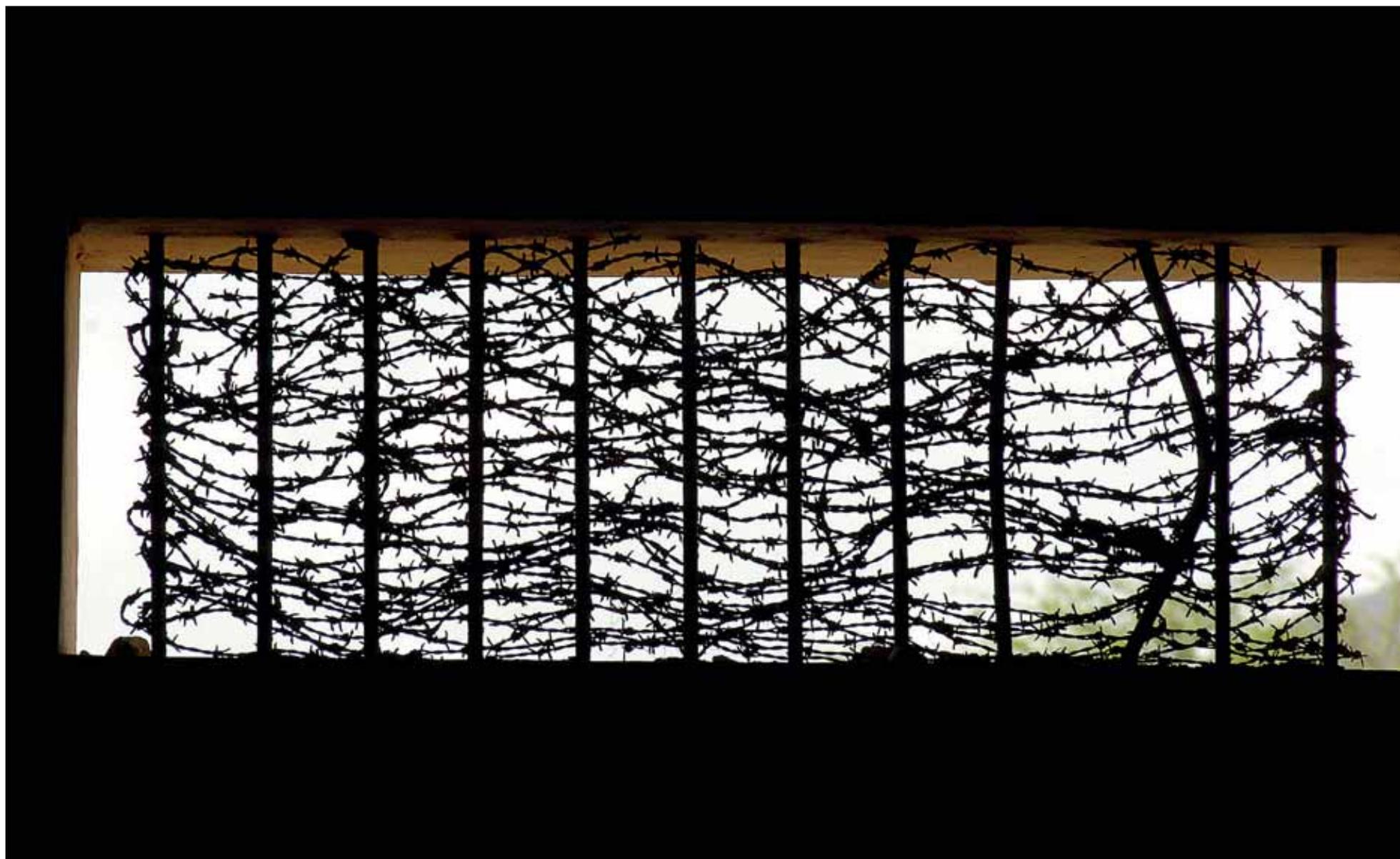


Em dez anos de prisão, Luandino Vieira conheceu e escreveu acerca de uma encruzilhada de temas e de problemas: as línguas identificadoras de grupos, a resistência, a força da literatura, o cinema e a violência. Aliás, as suas múltiplas capacidades fizeram dele tradutor ideal da *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess.

A literatura angolana, o poder, a resistência e a vida

Diogo Ramada Curto

Na entrevista que José Luandino Vieira deu aos organizadores dos *Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*, eds. Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva, Roberto Vecchi (Caminho), foi questionado acerca da sua “opção estética”. A pergunta surge na sequência de uma alusão aos seus interesses de juventude: desenhar e ver filmes, talvez mais do que escrever. Luandino respondeu não ter “nenhuma opção estética *a priori*”. Depois, referiu-se a como, na década de 1950, escrevera sobre cinema e futebol, para jornais e revistas de Luanda. As partidas quase não as chegava a ver, os seus relatos eram-lhe contados pelos miúdos que assistiam aos jogos. Quanto à escrita de prisão, ela já acontecia mesmo antes de ser preso, devido ao peso da censura salazarista e à consciência de que aquilo que escrevia não podia ser publicado nem em Luanda, nem em Lisboa. Talvez por isso, Luandino tenha a generosidade de colocar o que escreve ao lado de tantos outros - como os poetas nacionalistas António Jacinto, António Cardoso, Agostinho Mendes de Carvalho e Manuel Pedro Pacavira - que também passaram pelo Tarrafal. Foi nele que o autor conheceu inúmeras restrições à comunicação, com o propósito de isolar aquele que era considerado um perigoso “terrorista”: as cartas que recebia eram censuradas ou não lhe eram sequer entregues, como aconteceu com a correspondência



PAULO PIMENTA

enviada por sua própria mulher. O modelo do Tarrafal correspondia ao modelo dos “campos para concentrar pessoas” (p. 1054). Tinha funcionado desde a década de 1930, mas a sua reabertura por Adriano Moreira, com as suas técnicas da psico, recordadas pelo autor, tem de ser estudada e não pode ser intencionalmente esquecida, como sucedeu, há alguns anos, no artigo de José Barreto sobre o Tarrafal, no suplemento ao Dicionário de História de Portugal, dirigido por Filomena Mónica e António Barreto.

A imensa curiosidade pela leitura

Quanto à dualidade entre a experiência da vida na prisão e o seu projecto literário, Luandino mostra, de novo, pudor em falar deste último, limitando-se a remetê-lo para os *Papéis*. Quem, como ele, afirma que “o Tarrafal é a prisão em mim” (p. 1049) é demasiado grande para o peditório das complexidades do literário e da conversa de xaxa acerca dos projectos de escrita de que se alimentam críticos, professores universitários e frequentadores de festivais literários. Aliás, é numa passagem bem pedestre que Luandino adverte: “certos dias a descrição, por exemplo, do que se passava geograficamente ou do que se passava na cozinha ou no refeitório, pode iluminar uma observação do que está nos *Papéis* apenas como nota” (id.). Enfim, se o “projecto literário é anterior ao Tarrafal” (p. 1064), foi a experiência enquanto bibliotecário no Tarrafal e o que ali se praticava em termos de leituras partilhadas que contribuiu muito para a formação literária de Luandino (p. 1065). De facto, os *Papéis* estão cheios de referências a essas partilhas. As alusões aos passeios que fazia com António Jacinto apontam para um sem número de discussões, sobre a situação em Angola, mas também sobre obras literárias e iniciativas culturais. Os *Papéis* estão igualmente cheios de hesitações e de dúvidas acerca do estilo, da forma e do modo como esta poderia condicionar uma escrita comprometida politicamente, num contexto de produção de enormes dificuldades. O medo de desistir, de tudo abandonar, “a preguiça” tantas vezes apontada em jeito de auto-crítica, ao lado de tantas outras adversidades são alguns desses obstáculos. Porém, hoje, na situação de conforto em que nos encontramos, é-nos difícil imaginar o que é escrever na prisão, sem cair no extremo oposto, transformando numa espécie de objecto exótico quem o ouso fazer com tanta determinação.

Enfim, no que respeita às relações da política com a escrita, Luandino afirma que “a questão política está muito antes de começar a escrever” (p. 1052). Remontava ao liceu, onde escolhas e sentimentos de pertença

eram já visíveis nos jogos de futebol. Claro que, depois, veio a leitura dos clássicos russos do século XIX, a começar por Gorki, e tantos outros, de Eça a Steinbeck. Mas a educação literária só ocorreu quando Luandino percebeu que era possível inspirar-se no quimbundo dos musseques, criando um registo literário homólogo ao da linguagem popular. E o exemplo

Quem, como ele, afirma que “o Tarrafal é a prisão em mim”, é demasiado grande para o peditório das complexidades do literário e da conversa de xaxa de que se alimentam críticos, professores e frequentadores de festivais

de uma tal atenção à linguagem foi-lhe dado por Guimarães Rosa, em *Sagarana*, livro que Eduardo Ferreira lhe passou (pp. 977, 1053). Por sua vez, Manuel Bernardo de Sousa pô-lo em contacto com o Grande sertão (p. 1067) - que Gaspar Simões desvalorizava, segundo Luandino, devido à “carência de elementos novelísticos afogados ou preteridos pela paixão linguística” (p. 911). Claro que os modelos a que se reporta sugerem sempre quadros de referência mais alargados: da literatura portuguesa, da literatura negra-americana e da brasileira, atribuindo a esta última um peso particular (p. 1065). Ou, na formulação dos *Papéis*: “para o futuro: a máxima atenção à literatura latino-americana e divulgar a brasileira - parecem-me os melhores paradigmas” (p. 942). Mas um dos aspectos que mais impressiona na leitura dos *Papéis* é perceber a imensa curiosidade de Luandino pela leitura e as constantes listas de livros que fazia, para alargar os seus quadros de referência de Erskine Caldwell a Pavese, Vaillant, Cardoso Pires, Alejo Carpentier, Vargas Llosa, etc.

Entre os aspectos biográficos que a entrevista não esclarece está o dos estudos universitários. Uma vez nomeado bibliotecário no Tarrafal, por auto-proposta, quando chegaram uns caixotes de livros enviados pela Gulbenkian, Luandino parece ter iniciado o seu curso de sociologia na Universidade de Berkeley, na Califórnia, “as provas tinham que ser feitas na pre-

sença de alguém da embaixada ou do consulado norte-americano [...], nos dias em que eu tinha que prestar prova, era levado para a secretaria, fechavam-me, e eu ficava a fazer o meu exame” (p. 1062). Da leitura dos *Papéis*, Oxford teria sido a primeira opção, pois foi para lá que chegou a escrever uma carta, onde revelava a sua condição de preso político (p. 559). Há ainda referências ao custo elevado das propinas e há correcção de um exame de sociologia que ainda não tinha seguido por falta de correcção (pp. 616, 647). Porém, pouco mais se sabe acerca deste assunto, que uma entrevista poderia ter ajudado a esclarecer. É que são várias as referências de Luandino aos universitários, por exemplo aos companheiros do Tarrafal de “nível universitário” (p. 703) ou aos novos quadros culturais de Luanda - “agora entrarão os universitários em cena” (p. 783). Interessaria também saber por que razão um escritor como Luandino escolheu sociologia, “que é o pior que se pode fazer em solidão” (p. 1062).

Abandonando, agora, o comentário à entrevista, atente-se no modo como Luandino fez da língua, da literatura e da sociologia - enquanto modo de conhecimento do real, na sua totalidade, aberto à história - instrumentos de luta. Repare-se no momento em que o poeta Costa Andrade, com a colaboração de Alfredo Margarido (conforme a indicação deste último em Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa, ►

A escrita de prisão já acontecia mesmo antes de Luandino ser preso, devido ao peso da censura salazarista e à consciência de que aquilo que escrevia não podia ser publicado nem em Luanda, nem em Lisboa. Talvez por isso, tenha a generosidade de colocar o que escreve ao lado de tantos outros que também passaram pelo Tarrafal

FERNANDO VÉLUDO/ARQUIVO



Regra do Jogo, 1980), escreveu na *Présence Africaine* (1962), um ensaio no qual procurou teorizar sobre a literatura angolana. Tratava-se de um número de revista dedicado a Angola, em que também participaram Castro Soromenho, que escreveu sobre a rainha Ginga, e Mário Pinto de Andrade, o qual discorreu sobre o nacionalismo africano. Da prisão, em Angola, Luandino considerou que o artigo do “Papo” era “ainda confuso, como confusa é a situação. Creio que só ao desenvolver da acção de libertação de Angola se pode ir, *pari passu*, teorizando. Devo estar errado. Vou pensar o assunto. E reler o artigo do Papo” (p. 154).

Castro Soromenho na sua correspondência com Mário Pinto de Andrade, apreendida pela PIDE, tinha procurado sublinhar a importância dos aspectos formais, do estilo e da escrita (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE/DGS, proc. 120 E/GT, NT 1435). O pormenor é tanto mais importante quanto se costumam atribuir a Soromenho preocupações exclusivamente neo-realistas e não nos podemos esquecer que, na década de 1960, no exílio, nas universidades do Wisconsin e em São Paulo (USP), foi no ensino da sociologia que ele encontrou o seu ganha pão. Luandino parece reconhecer o carácter pioneiro de Castro Soromenho, numa citação incluída nos Papéis: “Este escritor foi o primeiro que conseguiu transpor para a literatura a verdadeira realidade da terra angolana”, *Vértice*, n.º 259 (Abril 1965) (p. 860).

Porém, as lutas destinadas a impor um sentido à literatura angolana, fixando o seu cânone, estabelecendo a sua periodização e identificando os seus principais temas e problemas, estavam ao rubro no momento em que Luandino foi preso. O escritor Mário António Fernandes de Oliveira publicara, em 1961, em Luanda, um opúsculo intitulado *A sociedade angolana do fim do século XIX* e um seu escritor. A já referida inimizade entre ambos teve correspondência no modo como as suas obras se foram organizando, nomeadamente no facto de Luandino sublinhar os contrastes entre a cidade e os musseques, enquanto Mário António, respeitador da cartilha luso-tropicalista que procurava ajustar à história de Angola, escreveu sobre Luanda, ilha crioula (1968).

Luandino fez da língua, da literatura e da sociologia – enquanto modo de conhecimento do real, na sua totalidade, aberto à história – instrumentos de luta

Dois relatórios da PIDE, de Março de 1966 e 1967, são bem reveladores do poder da literatura, tal como era protagonizada por Luandino. Apesar de se encontrar preso, ter suscitado uma onda de repressão, violência e censura, em 1965, quando lhe foi concedido o prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores, a obra de Luandino, ao lado da de outros escritores angolanos, continuava a ser um instrumento de poder ao serviço dos que procuravam resistir à dominação colonial (ver João Pedro George, *O meio literário português 1960-1998*, Difel, 2002).

Ambos os relatórios intitulam-se *Panorama político subversivo dos musseques* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. 15.11.A / NT 2084, fls. 382-392, 484-489, 532-549). No primeiro deles, considera-se que, nos subúrbios de Luanda, os “destribalizados” continuavam-se a identificar em função das suas etnias, podendo as lutas entre bandos ser explicadas por essas diferenças étnicas ou, então, tais conflitos podem ter sido influenciados por filmes tais como o *West Side Story*, “em que se aborda o tema da luta de um grupo de porto-riquenhos desocupados contra um grupo de americanos”.

Todavia, segundo o inspector da PIDE autor do relatório, a principal influência do que acontecia nos musseques não tinha origem nos filmes. Ela era devida às obras de Luandino Vieira, ao lado da de escritores tais como Norberto de Castro, Luandino Vieira, Arnaldo Santos, António Cardoso, etc., que faziam a propaganda de uma clivagem entre: a cidade para os europeus e os subúrbios para os africanos. “Esta reivindicação – na citação do relatório do pido – cria uma como que situação de injustiça, que passa da pura nostalgia poética a um estado de revolta íntima, que se concretiza pela prática de vandalismo e descatos na cidade que consideram ser-lhes negada”. Organizavam-se, então, as chamadas “farras”, especialmente aos sábados, onde o álcool era um estimulante e “os grupos buscam emoções fortes e os descatos, os delitos e os crimes são a consequência”. Paralelamente, o mesmo inspector da PIDE notava que as sessões de cinema organizadas pelo N’Gola Cine também contavam com africanos, incluindo alguns que já tinham estado presos no Tarrafal. Todos estes grupos das farras ou do cinema falavam em quimbundo e viviam em estado de revolta, análogo ao que tinha precedido os acontecimentos de 1961. Era o que dava a entender “a frequência dos actos de desrespeito, desobediência, hostilidade e até agressão às autoridades, que evolui diariamente”.

No segundo relatório, assinado por Aníbal de S. José Lopes, subdirector da PIDE em Angola, o tom é mais grave, mais elevado de um ponto de vista oficial. Menos etnográfico, sem procurar indagar as influências, literárias ou cinéfilas, que explicariam as reacções nos musseques, mas mais atento à violência, à necessidade de manter um clima de aterrorização, às repercussões internacionais e à cadeia de comando que ligava o MPLA aos mesmos musseques. Do luso-tropicalismo, nem sombra. A provar que, mesmo nos meios oficiais, não havia ilusões acerca dessa ideologia de fachada, que não oferecia elementos de intervenção prática. O que estava em causa era a manutenção da ordem na cidade, caso contrário – paradoxo dos paradoxos – os “chefes terroristas do MPLA” sabiam bem que, se levassem “a efeito qualquer acto terrorista em Luanda”, haveria “um ‘banho de sangue’ que os ‘colonialistas’ provocariam como represália”.

Ou seja, os “terroristas” seriam vítimas do terror. Pelo menos em 1963, quando o MPLA fora desmantelado, sempre na opinião do subdirector da PIDE, os referidos chefes sabiam bem que era melhor desaconselhar “qualquer acto terrorista em Luanda”. Porém, sustentava o relatório, “não quer dizer que, com vista a uma reacção emotiva de ordem internacional, não pensem agora precisamente o contrário, o que aliás se depreende das instruções que estão a dirigir aos seus adeptos”. O confronto aproximava-se e, como em qualquer discurso institucional, o implícito era que se requeriam mais meios e uma maior atenção devia ser dada aos poderes e agentes que podiam efectuar o referido “banho de sangue”.

Última nota acerca de línguas identificadoras de grupos, resistência aos poderes, literatura, cinema e violência: mesmo que seja difícil reconstituir todas as mediações, será possível reconhecer que Luandino esteve no meio dessa encruzilhada de temas e de problemas. Aliás, as suas múltiplas capacidades linguísticas e a sua sensibilidade literária fizeram com que a tradução para português da obra prima de Anthony Burgess, *Laranja Mecânica* (1962), que Stanley Kubrick adaptou ao cinema (1971), tivesse sido traduzida para português por Luandino (Edições 70, 1974). Ele conhecia bem o modo como a violência perpetrada por grupos se cruzava com o recurso a uma linguagem própria. Talvez por isso mesmo, tenha conseguido realizar uma tradução notável, para a qual teve de inventar uma linguagem, destinada a substituir o dialecto do gang de jovens que se encontra no centro do romance.



Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)
José Luandino Vieira
Organização de Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva, Roberto Vecchi Caminho



Uma oficina de escrita

É entre o desânimo e a luta que Luandino se mostra grande. Esta é a sua enorme oficina de escrita: apontamentos, descrições, poemas e desenhos, de uma fase da vida de extremas privações.

Por Diogo Ramada Curto

Luandino Vieira (1936) foi preso no dia 20 de Novembro de 1961, em Lisboa. Dez dias antes, terminara *A Vida verdadeira de Domingos Xavier*. Detido nas prisões de Luanda foi, depois, transferido para o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal, na ilha de Santiago, Cabo Verde, onde chegou a 13 de Agosto de 1964. Ali ficou até 1971. Em 1963, o Tribunal Militar de Luanda condenara-o a 14 anos de prisão, em conjunto com António Jacinto e António Cardoso, com perda de todos os direitos políticos, por crime de subversão e de separatismo. Na linguagem do Estado colonial, passou a ser um “terrorista”. O trabalho de escrita na prisão só começou, alguns meses depois de estar preso, quando percebeu como podia enviar para fora, em segurança, os seus papéis. Além de vários livros, escreveu cerca de 2000 páginas em 17



cadernos, incluindo diversas ilustrações, agora publicadas.

A monumentalidade deste livro de mais de mil páginas - constituído por uma cuidada edição desses cadernos, acompanhada de um estudo introdutório e de uma entrevista - impõe-se pela simplicidade do autor. Uma simplicidade tocante, sem traço de artificialismo ou de pose estudada, que caracteriza um dos maiores escritores da língua portuguesa e um dos principais heróis da luta pela independência, justiça social e liberdade de Angola. Que os dicionaristas da Academia não pretendam submeter a sua obra, pejada de quimbundo, de português “aquimbundado” e do registo oral dos musseques, a ridículos critérios de aferição! Luandino percebeu bem que, quando o quimbundo se torna numa “descoberta agora inviolada e inviolável”, é porque “o extremismo é a característica 1.ª dum nacionalismo longo tempo negado” (p. 583).

Na sua dupla qualidade de escritor e lutador, fascina-nos. Os *Papéis* constituem um universo imenso, acumulado durante anos de sofrimento, mas também de esperança. Não correspondem propriamente a um género, pois são sobretudo uma enorme oficina de escrita, onde o autor juntou apontamentos, projectos, descrições, correspondência, poemas e desenhos, numa fase da sua vida de extremas privações. Na impossibilidade de tudo anotar, limito-me a seleccionar alguns

A monumentalidade deste livro de mais de mil páginas - cuidada edição dos cadernos, um estudo introdutório e uma entrevista - impõe-se pela simplicidade do autor

aspectos, mesmo assim, na esperança de conseguir dar conta de como Luandino não vive de arrufos, nem de pretensões. Uma atitude só ao alcance de um grande escritor...

Entre sofrimento e esperança

Antes de mais, registem-se as sucessivas declarações de hesitação e de desistência, da assumida confissão dos seus limites no que à escrita dizia respeito, de uma angústia desoladora causada pelo espectáculo de tantas brutalidades, dentro e fora da prisão. “Hoje tornei a deixar-me invadir pela decisão tentadora de não escrever mais” (p. 167). “Às vezes assaltam-me ideias para escritos mas ando em período de dúvidas” (p. 433). Noutra passo: “fugiu a disposição para trabalhar. Merda pr’a mim!” (p. 528). Ou, mais adiante: “dias dominados por uma certa angústia e descrença em mim” (p. 709). E, ainda, “a pouca confiança em mim” ou o “medo de me medir com o mundo dos outros” (p. 867).

No sentido contrário, multiplicam-se as notas de lirismo e de amor para com a sua mulher e filho - “A minha vida toda é dela, e isso é pouco” (p. 140). A esperança e as certezas da luta pela liberdade e independência de Angola, quando chegasse um “tempo calmo e feliz” (p. 120). Os constantes auto-encorajamentos ao trabalho da escrita: “Preciso de ler um dia, Lawrence e Flaubert - *O amante de Lady Chatterley* e *Madame Bovary*. Estive a pensar que preciso de melhorar a minha linguagem, elevando-a de modo a descrever situações, ambientes e personagens mais ricos e complexos, mas sem a tornar ininteligível ou menos concreta e sem perder a base popular... (para isso preciso trabalhar muito... e a

preguiça!) (p. 151). Ou, mais adiante, “devo fazê-lo [ao estilo] evoluir para um mais depurado, mais sóbrio, sem tantas faltas de gosto e pormenores de circunstância” (p. 362). Constatação que impõe uma disciplina de trabalho de reescrita: “um defeito que noto em mim: uma ânsia de acabar depressa, de me libertar do assunto, que me faz escrever esquematicamente, a correr” (p. 366). Em suma, o incitamento ao trabalho encontram-se, em Luandino, nesse triângulo do amor à família, de amor a Angola (e através dela à humanidade e ao mundo, pp. 705, 723), e de dedicação ao trabalho de escrita.

É, pois, entre sofrimento e esperança, desânimo e luta que Luandino se mostra, ao mesmo tempo, tão simples e tão grande. Tal como escreveu, no Tarrafal, a pretexto de uns versos de Apollinaire, “pensava em todos os amigos distantes dispersos pelo mundo esperando, como eu, o dia do regresso à terra e ao lar. Até esse dia, continuarei a viver contigo através destas conversas” (p. 615). Ou, numa nota de sonho, “no passeio ao fim do dia, imaginando um regresso de surpresa a casa, vi a L. e o Xexe e a sua alegria. A minha era só de lhes dar essa alegria?” (p. 631). Por isso, não se negue a um homem tão verdadeiro, o estatuto de um herói empenhado na sua luta nacionalista e na entrega ao seu amor: “Gosto muito dela para me não doer ver assim a sua juventude a estiolar-se numa espera cujo fim se não prevê nem avizinha” (p. 714). Pelo menos uma vez, quando festejou na prisão três anos de casamento, em condições deploráveis e a título excepcional, reclamou para si a imagem de um Ulisses que viveu fora da pátria durante 20 anos, os mesmos que Penélope por ele esperou (p. 354).

Tal como sucede nos seus outros livros, alguns deles escritos na prisão, “o lugar é Luanda, os musseques e as pessoas que trabalham” (p. 1067). Ou, numa outra formulação, Luandino pretende dar conta da “transformação da vida do musseque” (p. 137). Nesses livros, a entrada do tractor, nas áreas em torno de Luanda, assinala um processo de modernização em marcha, no interior do qual poderes e interesses coloniais impunham as suas rupturas. Assim, em Dezembro de 1963, Alfredo Margarido - cujos comentários tanto prezava (p. 433) - escreveu-lhe numa carta: “O Luandino é o grande prosador da vida de Luanda” (p. 388). A preocupação pelos musseques surge, igualmente, associada à questão das heranças e da conflitualidade familiar (p. 792) e ao modo como circulavam neles os boatos (p. 906). Mas o mais importante é perceber a maneira como Luandino se auto-representa como “um escritor de cidade” (p. 868).

Em contraste com as realidades urbana ou suburbana, estão algumas descrições incluídas

9+16+23
abril 2016

Entrada livre

Casa/Território: Sujeito, Democracia e Pertença

Ciclo de conferências organizado pelo Teatrão para aprofundar e inscrever no território a discussão que serve de base à investigação e à criação do espetáculo *Três Irmãs (Making Of)*.

Construção do estado democrático	Cultura e Neoliberalismo	Territórios Difusos
Auditório do Museu do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha 9 abril 17:00	Café-Concerto do Convento de São Francisco 16 abril 17:00	Sala Pedro e Inês do Hotel Quinta das Lágrimas 23 abril 17:00
Álvaro Laborinho Lúcio António Filipe Gaião Rodrigues Luís Monteiro	Carlos Moura Carvalho Catarina Vaz Pinto Rui Vieira Nery	Ana Paula Tavares Boaventura Monjane Luís Carlos Patraquim
moderação António Casimiro Ferreira	moderação Manuel Rocha	moderação Catarina Martins

Nova Temporada
Três Irmãs (Making Of)
A partir de *Três Irmãs* de Tchekhov
Encenação de Marco Antonio Rodrigues
12-14 + 18-20 + 25-28 Maio (21:30)
Para mais informações consultar oteatrao.com



FERNANDO VELUDO/ARQUIVO

neste livro. Através delas, denuncia-se o colonialismo em todas as suas formas de violência. A primeira das descrições, que tem a força de servir de abertura ao livro, com uma segura intencional, toma por objecto as expropriações de terras feitas pela Sociedade Agrícola de Cassequel. Tractores no terreno, levando tudo à frente, sem qualquer tipo de respeito pelos direitos costumeiros, menosprezando o poder dos sobas e compelindo os nativos ao trabalho. Sem mais. Assim sucedera em Benguela e estava, de novo, a acontecer no Lobito (pp. 41-42).

Outra descrição, talvez ainda mais dramática do que a anterior, pela violência sistemática nela evocada, reproduz os tiques de um relatório militar ou de um discurso de inspector colonial. Através desse aparente mimetismo ou de colagem ao discurso oficial, produz-se um efeito de subversão quase jocoso. Um modo de fazer rir só contrariado pela gravidade das denúncias em causa. O título fala por si: *Notas para um relatório sobre o Distrito do Moxico* (p. 201). Nele, entre outras formas de exercício concreto da violência colonial e de exploração do trabalho, Luandino dá conta das violações sexuais em massa praticadas pelos soldados a mulheres locais. Os superiores fechavam os olhos, limitando-se a transferir os criminosos e a naturalizar tais práticas, alegando que eram uma constante de todas as guerras. Em Chafinda, por exemplo, “a vítima morreu, pois foi abandonada em pleno mato e tinha 6 anos de idade. Deve ter sucumbido aos efeitos da hemorragia” (id.).

O terror e o horror de tais descrições volta a estar presente noutras passagens do livro. É o que sucede com os testemunhos acerca do recurso constante à tortura nas prisões de Luanda, tendo em vista a obtenção de informações que permitiam efectuar mais detenções. Antes de se confrontar com as vítimas ensanguentadas ou a “desinchar”, depois da tortura, Luandino ouvia na sua cela os berros e reconhecia a brutalidade dos pides, cujos nomes ou alcunhas anota. “Eram berros horríveis e mesmo assim parecia que lhe tinham posto um lenço na boca, porque chegavam abafados” (p. 238).

As descrições, evocações e testemunhos de Luandino acerca do modo como o sistema colonial operava não se limitam a dar conta das formas mais violentas de controlo e repressão. Dentro e fora das prisões por onde passou, de Luanda ao Tarrafal, multiplicam-se as alusões aos que, fazendo parte do sistema de controlo colonial, eram, ao mesmo tempo, as suas vítimas. Uma situação exemplificada, em Luanda, pelo guarda auxiliar da PSP, a quem chama “O coitado cipaio 121”, em vez de *O valente*

soldado Schweik. Este, quando ameaçava os presos, transferia para eles a “violência que exercem sobre ele” (pp. 53, 56-7, 121, 147, 244). O mesmo se passava com os soldados da Polícia Militar, com os quais Luandino se confrontou por alturas do julgamento de 1963 - “que não passam de vítimas do sistema” (p. 347).

O mundo que Luandino viu

Na figura do pai que tinha sido preso - por se ter preocupado em atestar a virgindade da filha, “com a ajuda da mãe que a imobilizou”, enquanto ele a examinava “para ver se ela estava honrada” -, Luandino identifica um outro tipo de vítima do sistema colonial. Um *poor white*, cuja referência literária é atribuída a Erskine Caldwell, talvez à sua *Estrada do Tabaco* na tradução de Adolfo Casais Monteiro (Inquérito, 1959). Nos seus comportamentos contraditórios e violentos, os “poor whites” eram “vítimas dum sistema fascista colonialista” (p. 348). À mesma categoria, pertenceu esse velho professor primário, Maximino Conde, “homem corajoso e honesto”, dono de *A Tribuna*, um jornal democrata-sindicalista, que o governador-geral José Agapito da Silva Carvalho procurou controlar, tendo acabado por encerrá-lo (pp. 360-362, 828).

Também fazia parte do mesmo sistema colonial o soldado que Luandino via, a 250 metros da cadeia, correndo atrás de um rebanho de cabras: “um pobre pastor que mandam agora com uma arma matar outros pastores em África...” (p. 393). O modo como Luandino se refere ao escritor Mário António Fernandes de Oliveira, que o depreciou em depoimento na imprensa, acaba por recorrer a uma explicação por via do sistema colonial, no quadro do qual este permaneceria encerrado e alienado. Assim se compreende o paralelo, estabelecido por Luandino, com “o caso do Lukács: pequeno burguês atraído sinceramente para o marxismo, mas que [...] vai falhar e continuar alienado” (pp. 247-248; 379-380). O próprio “filho da puta de Salazar” é considerado por Luandino “um produto da organização social que defende e incarna os ideais... É preciso acabar com ela e não com ele” (p. 533). Os tripulantes e criados do barco que levou Luandino para Cabo Verde - nos seus comportamentos boçais sobretudo com as “gajas” - são uns tesos atormentados pela falta de dinheiro, não passando de uns “seres explorados e subvertidos sem consciência da própria exploração e degeneração” (p. 547). Sobre o Tarrafal, conclui, num registo telegráfico, que era tudo determinado pelo sistema colonial: “ambiente define-se com todas as mazelas próprias de pessoas criadas sob o colonialismo” (p. 583).

O mundo que Luandino viu, a



O autor juntou apontamentos, projectos, descrições, correspondência, poemas e desenhos, numa fase da sua vida de extremas privações

partir das prisões de Luanda, era também constituído por outras figuras: pelos pides, com a “delicadeza” própria dos torcionários (p. 311), tais como o Caxias, ou o Teodoro, que era “o imbecil-mor” (p. 317); pelos polícias da judiciária que espancavam tanto como os anteriores (p. 356); pelos bufos, que denunciavam para se safarem e ganharem em pequenas transacções; ou pelos colaboradores que actuavam cá fora. Foi o que sucedeu com as manifestações, ditas espontâneas, de apoio ao discurso de Salazar, em Agosto de 1963, com José Redinha, etnógrafo e director do Museu da Diamang, que se voluntariou para ser o primeiro a mostrar o seu entusiasmo (p. 354).

No Tarrafal, ao contrário do que sucedera nas prisões de Luanda, onde era possível manter uma relação com o que se passava à volta, Luandino considera ter-se dado uma mudança: “ali nós estávamos todos no exílio” (pp. 1053, 1063). O peso do ambiente interno, das relações entre os próprios presos, impôs-se. As críticas às relações entre prisioneiros sucedem-se, dando a entender um individualismo

insuportável, uma conflitualidade permanente, difícil de descrever porque “é tudo tão mesquinho” (p. 595); “todos querem ser líderes, ninguém militante” (p. 596); com tendência para a “conspiração, reuniõeszinhas e segredinhos” (p. 700); um ambiente caracterizado por “mazelas, quezílias” (p. 709); uma mera “oposição entre as capelinhas” (p. 717); num quadro donde não está ausente um mais do que condenável racismo dos angolanos em relação aos guineenses (p. 705).

Frente a todos esses sinais contrários à formação de um espírito comunitário, no qual “custa a acreditar que sejam presos políticos” (p. 705), o contraste está nos passeios e na relação de camaradagem que Luandino manteve, sobretudo, com António Jacinto. O mesmo sucedeu com a festa do Natal de 1969, segundo a descrição do divertimento - uma espécie de farra de musseque - que teve lugar na caserna. Batuques, cantigas e danças, num registo que acaba por lembrar as saudades da terra, mas onde não faltou um velho cabinda “a fazer-me queixas das gentes de Luanda, falta de solidariedade, não dividem as coisas com ele, etc.” (p. 925).

Quanto aos pides, director e guardas, o cenário do Tarrafal já não era o da tortura e da violência física, como sucedera em Luanda. O que Luandino constata, através de factos concretos são as medidas destinadas a censurá-lo, isolá-lo e condicioná-lo, cada vez mais, sobretudo nas suas relações epistolares com a mulher. O objectivo era claro: fazê-lo quebrar. A pressão, que se intensificou a partir de 1967, orientava-se no sentido de “obter colaboração para integracionismo tocando a tecla da realização pessoal, do ideal que todos queremos da comunidade multirracial” (p. 904, cf. pp. 834, 836, 837).

O recurso à violência

No meio de tantos apontamentos sobre o que está dentro e fora do espaço carcerário, bem como entre inúmeros quadros de referência intelectual, como é que se configura a proposta ideológica de Luandino? Para responder a tal questão será preciso reconstituir o sentido de um conjunto de elementos que, longe de serem apresentados teoricamente, correspondem mais a uma prática vivida. Três aspectos afiguram-se dominantes: a afirmação do nacionalismo; a crítica ao luso-tropicalismo, à mentalidade de cruzada e às diversas formas de neo-colonialismo; e a discussão sobre o recurso à violência.

Para Luandino, o nacionalismo é investido de um sentido emancipatório. Através dele, exprimem-se os mais diversos tipos de amor e de liberdade: dos laços amorosos mais íntimos à solidariedade da comunidade ou dos musseques; da nação

propriamente dita, sem interferências racistas, a toda a humanidade. “Escrevi à K. o meu amor por Angola é apenas forma do meu amor ao mundo” (p. 723, 705). Depois, discute as mais diversas conceptualizações do colonialismo. Pronuncia-se, por exemplo, contra o escritor Mário António e os seus usos do luso-tropicalismo, como modo de ler a história de Angola, propondo uma leitura alternativa (pp. 356-358, 950). Mostra-se atento a uma nova cultura de massas alienadas, só interessadas em saber quanto ganham os “Eusébios, Duo Ouro Negro, etc.” (pp. 770-771). E parece reconhecer que, ao contrário das políticas coloniais de assimilação e integração, a “realidade angolana [...] vai sem querer para o apartheid” (p. 861).

Denuncia, igualmente, os diferentes modos de fazer “o elogio das guerras como campo de coragem e virilidade”, que abrem caminho para “as enormes patocoadas aristocráticas e militares” (pp. 770-771). Este militarismo teria, aliás, de ser compreendido à luz da reprodução do “feudalismo agrário”, sendo contrário ao espírito capitalista e burguês (p. 769). Ou, mais do que o militarismo, era na experiência da tropa, tal como a tinha visto a actuar em Nova Lisboa, que se encontrava o exercício do racismo e da discriminação (p. 387). Por último, Luandino refere-se à maneira como os EUA desenvolveram um género de neo-colonialismo “sobre as estruturas coloniais portuguesas” (p. 714).

Quanto aos usos da violência e sua discussão, os Papéis começam por se apresentar como um modo de resistência à “repressão colonialista” (p. 137). Mas esta não é feita através do recurso a referências teóricas, tais como as obras de Franz Fanon, aliás, lidas e citadas por Luandino (p. 109). O que mais importa ao autor é reportar os casos onde a violência colonial é exercida de modo concreto, tal como já foi referido: nos campos, nas cidades e nos musseques, no espaço carcerário ou nas instituições do Estado colonial. As já referidas práticas de tortura, aterrorização, censura e delação surgem, então, como formas de praticar a violência ou de exercício de um poder simbólico que são parte integrante de um sistema colonial.

Onde Luandino leva mais longe a sua reflexão sobre a violência é quando afirma, sem peias e com convicção, que “todos os povos ao acabarem a s/ libertação deviam fuzilar os líderes - têm todos as mãos muito sujas, muito comprometidas” (pp. 838-839). Trata-se, neste caso, de uma violência libertadora - espécie de dispositivo que actua contra todas as formas de autoritarismo - expressa com a mesma veemência com que também reagiu à invasão da Checoslováquia pela URSS: “Não posso aceitar, é impossível aceitar que isso se coadune com

uma política marxista! E como dói! Merda! Não escrevo mais nada” (p. 862).

Na elaboração de uma proposta ideológica, a relação que Luandino estabelece com a língua e com a escrita afigura-se ainda mais importante do que todos os aspectos acabados de enunciar. Mau grado a falta de condições, que a prisão impunha, a luta pela afirmação dessas duas dimensões - através das quais seria possível dar a conhecer a realidade angolana, investindo-a de um sentido de luta política pela libertação - transforma-se num projecto de vida e num modo prático de definir uma ideologia. Será, por isso, escusado pensar que terá existido um “projecto literário” autónomo, que se traduz nos Papéis numa escrita fragmentária - tal como sugerem os organizadores deste livro, considerando tratar-se de antecipação do registo pós-moderno ou das epistemologias do fragmento. O modo de Luandino exercer o seu ofício de escritor aponta para outros sentidos.

Antes de mais, há da parte de Luandino uma ambição em compreender a realidade, sobre a qual pretende actuar. O esforço para estudar sociologia, dentro da prisão, é bem revelador de uma tal ambição. Tanto quanto é possível perceber, Luandino tinha da realidade social uma compreensão em que esta era inseparável das grandes estruturas históricas. O que mais lhe interessava era, numa citação de Piteira Santos, passível de ser atribuída a muitos outros que se inspiraram em Marx, “surpreender a totalidade, aprender a totalidade, explicá-la” (p. 290). O colonialismo só podia ser compreendido a esta luz - histórica, sociológica e enquanto facto social total. Mais: à luz do seu microcosmos de estudo, Luanda e os musseques, Luandino declara a sua intenção de fazer uma história social dos que viviam única e exclusivamente do seu trabalho e que se exprimiam através do quimbundo, a ponto de considerar que “uma das personagens da realidade luandense, angolana, daquela época era a linguagem” (p. 1066).

Por sua vez, o trabalho de estudo que Luandino desenvolveu para ultrapassar as limitações sentidas em relação ao quimbundo (pp. 97, 868) tem paralelo no esforço constante de leitura e de aumento dos quadros de referência bibliográfica. Estes, longe de se limitarem ao mero aprofundamento das obras literárias, extravasam da ficção, articulando-se com a história, de Luanda e não só (pp. 186, 258, 912, 914). Claro que tais investigações históricas e sociológicas se debatiam, mais do que qualquer outro tipo de trabalho da escrita, com a falta de condições. Conforme Luandino confessa: “é trabalho para só em liberdade” (pp. 800, 1062).

Nas suas palavras, língua, escrita

e realidade constituem-se nos instrumentos do seu ofício. “Quanto a mim o problema principal é este: o que nos falta é o instrumento. A língua portuguesa literária não serve a realidade que enfrenta; o dialecto brasileiro macaqueia-a; a linguagem popular é de alcance restrito como veículo de difusão [...]. Quanto às línguas bantas não têm ainda uso literário que as domestique. Aliás estão ligadas ao passado, o seu léxico riquíssimo de nuances expressa porém uma sociedade imobilizada no rural. Para um escritor de cidade creio que não servem ainda. Não sei se sou analfabeto em quimbundo mas pressinto que é língua em que se não pode escrever história de Luanda - se não se quiser ver só um aspecto do real, se se quiserem expressar valores universais [...]. Aliás este problema de forma é afinal um problema de fundo, de ver para onde a realidade vai” (p. 868).

Ou, numa outra formulação, em que completou Fernando Pessoa: “A literatura, como toda a arte, é uma confissão de que a vida não basta. Talhar a obra literária sobre as próprias formas do que não basta é ser impotente para substituir a vida” (Fernando Pessoa) - e para a transformar também” (p. 809). Num trecho que não está identificado, mas que foi publicado em *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*, orgs. Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho (Lisboa: Ática, 1966), p. 285.

É, pois, no trabalho sobre a língua (começando pelo quimbundo) e sobre a escrita que se revela melhor a oficina de Luandino. Claro que, desta oficina, também fazem parte inúmeras alusões ao trabalho dos outros escritores e críticos ou às relações existentes no meio literário. Por exemplo, a confessa rivalidade de Luandino com Mário António - num jogo em que ambas as partes mostram a consciência dos lugares que ocupam - não impede Luandino de generosamente o incluir no projecto de uma antologia de escritores angolanos (pp. 247-248, 379-380, 656-657, 722-723, 792, 980). Mais uma vez se confirma que a possibilidade de espreitar para dentro da oficina de Luandino vem revelar a sua grandeza.

Os Papéis ajudarão a compreender melhor o significado dos outros livros de Luandino. Porém, não podem ser tomados, apenas, como uma espécie de suporte inacabado destinado a uma melhor compreensão dos seus outros livros publicados. Ele tem um valor autónomo. E, se existem casos em que a oficina - permitindo o estudo do próprio processo de escrita, suportado por um enorme trabalho e por uma vida de luta por grandes causas - se impõe, em relação às construções nela elaboradas, ou seja, aos outros livros, os *Papéis* representam um desses casos.

W **MUSICA** **S**
R **Sociedade** **M**
S **01** **M**

casa da música

**Música & Revolução
Surrealismo
Socialista**
23 Abr - 01 Mai

23 Sáb
Orquestra Sinfónica e Coro Casa da Música
Obras de **Chostakovitch, Miaskovski e Prokofieff**

29 Sex
Orquestra Sinfónica, Remix Ensemble e Coro Casa da Música
Obras de **Chostakovitch, Firsova e Denisov**

30 Sáb
Ciclo Piano Fundação EDP
Markus Hinterhäuser
Obras de **Ustvolskaia**

26 Ter
StopEstra!
Back in the USSR

01 Dom
Orquestra Sinfónica, Remix Ensemble e Coro Casa da Música
Obras de **Chostakovitch, Gubaidulina e Denisov**

WWW.CASADAMUSICA.COM / 220 120 220

Seja um dos primeiros a apresentar hoje este jornal completo na Casa da Música e ganhe um convite duplo para o concerto de Markus Hinterhäuser, dia 30 de Abril. Condição à disponibilidade da sala, a oferta é limitada aos primeiros 10 leitores e válida apenas para um convite por jornal e por leitor. Obrigatória a apresentação do documento de identificação no acto do levantamento.

Mecenas Ciclo Piano Fundação EDP Mecenas Música Coral Pensário do Serviço Educativo Mecenas Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música Apoio Institucional Mecenas Principal Casa da Música

fundação edp Allianz fundação galp energia SODAE Porto. REPÚBLICA PORTUGUESA CULTURA BPI